

--	--	--	--	--

EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS: PROPOSTAS APROVADAS– OBTIVERAM ENTRE 80 e 100% DOS VOTOS

Garantir a elaboração e implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, contemplando:

- o respeito à diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, regional, de nacionalidade, de opção política, bem como as especificidades das crianças e adolescentes com deficiência, das comunidades tradicionais, em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas e em situação de rua;
- a articulação e integração das políticas sociais de atendimento à violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;
- a ampliação e fortalecimento das instâncias de defesa dos direitos da criança e do adolescente e do sistema de justiça.

Nº	IMPLEMENTAÇÃO	MOBILIZAÇÃO	MONITORAMENTO	APONTAMENTOS
01	Criar “Plano nacional, estadual, municipal e distrital sobre Enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas”, para ampliar, articular e qualificar as políticas sociais para prevenção e tratamento com a perspectiva da redução de danos de crianças e adolescentes dependentes de álcool e outras drogas e apoio às suas famílias, conforme a legislação vigente.	Articular e mobilizar os gestores públicos, a Rede de Proteção, as famílias e a sociedade civil.	Criar e fortalecer por meio dos conselhos de direitos, conselhos de saúde, grupo intersetorial para monitorar e avaliar as ações dos planos.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
02	Alterar a portaria que regula a criação de Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas e Centro de Atenção Psicossocial Infantil, incluindo a criação de Centro de Atenção – Álcool, Drogas e Infantil, para criar, ampliar e qualificar esses equipamentos de saúde, flexibilizando a habilitação de municípios de diferentes portes populacionais, para atendimento de crianças e adolescente.	Mobilizar Secretarias e Conselhos de Saúde e associações de usuários do SUS.	Pelos Conselhos de Saúde, Conselho Tutelar, e Ministério Público, defensoria pública.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
05	Criar ações de enfrentamento à venda de substâncias psicoativas para crianças e adolescentes.	Mobilizar a rede de proteção, sistema de segurança pública e estabelecimentos comerciais.	Acompanhar e fiscalizar por meio dos Conselhos Tutelares, Ministério Público e Judiciário.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
06	Criar e executar os planos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, efetivando e garantindo as ações previstas .	Articular redes de turismo, conselhos de direitos e conselhos tutelares, empresas públicas e privadas, sistema de segurança pública e meios de comunicação.	Acompanhar e monitorar por meio dos Conselhos Tutelares-e de Direitos, Comitê nacional, estadual, distrital e municipal de Enfrentamento à Violência Sexual, Ministério Público, Judiciário e defensorias públicas.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos

09	Implantar, aprimorar e fortalecer os mecanismos de denúncia, notificação e investigação de violação dos direitos da criança e adolescentes nos municípios e distrito federal, inclusive alcançando a área rural.	Mobilizar o Executivo, conselhos municipais de direitos, ministério público e judiciário.	Monitorar pelos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público, judiciário e defensoria pública.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
13	Qualificar o sistema único de saúde, em todas as unidades básicas para o atendimento às crianças e adolescentes vítimas e autores de violência.	Articular a rede de saúde, por meio de formação continuada e fóruns de discussão permanente.	Fiscalizar por meio dos Conselhos de Saúde.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
14	Criar núcleos de atenção integral para crianças e adolescentes em situação de violências, promovendo a integração de todos os atores/instituições do Sistema de Garantia de Direitos.	Mobilizar os gestores e Conselhos de Educação, Saúde e Assistência Social.	Monitorar por meio dos Conselhos de Direitos, Educação, Saúde e Assistência Social.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
15	Criar, ampliar e qualificar o atendimento especializado na política de saúde para crianças e adolescentes, com enfoque nas questões étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero vítimas de violência sexual.	Articular os gestores e Conselhos de Saúde e conselhos municipais de direitos.	Criar comissão mista com a participação dos conselhos de direitos e conselhos de saúde para monitoramento.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
17	Criar e fortalecer-as comissões intersetoriais para o planejamento e monitoramento de ações que implementem o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, em todas as esferas do governo.	Mobilizar o Executivo, o Judiciário, Ministério Público e organizações sociais, pelo Conselho de Direito.	Monitorar pelos Conselhos de Direitos.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
19	Implementar serviços, programas e ações para efetivação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil, nas três esferas de governo.	Articular escolas, conselhos setoriais, fóruns dos direitos da criança e do adolescente, fórum de prevenção de erradicação do trabalho infantil, redes de proteção, empresas, organizações e movimentos sociais.	Realizar o monitoramento pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos

20	Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços do SINASE para atendimento a adolescentes que pratiquem ato infracional, observando as responsabilidades específicas do poder executivo, do sistema de justiça e das demais instâncias do Sistema de Garantia de Direitos e com base da lei 12.594-2012, que trata do sistema socioeducativo.	Mobilizar os gestores e conselhos das políticas setoriais, sistema de justiça e segurança e Conselhos de Direitos.	Fiscalizar e monitorar por meio de comissão intersetorial, por meio do Judiciário, Conselho Tutelar, Ministério Público, Conselhos de Direitos setoriais e defensoria pública.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
21	Realizar debates e sensibilizar a sociedade e o poder público a importância das medidas socioeducativas de meio aberto e sua municipalização ampliando e articulando políticas, programas, ações e serviços para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes ao direito a convivência familiar e comunitária com base na lei 12.594-2012 e que o Conanda e a SDH-PR regulamentem em forma de resolução esse serviço.	Organizar audiências públicas e realizar campanhas, articulação de gestores públicos, legislativo, judiciário, conselhos de direitos e setoriais.	Ministério público, defensoria pública, judiciário, conselho tutelar e conselhos de direitos.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
23	Implantar e implementar os Conselhos Tutelares, garantindo aquisição de espaço físico próprio, com acessibilidade, estrutura física, equipamentos e recursos humanos para o seu funcionamento e garantir os direitos trabalhistas e sociais dos conselheiros tutelares.	Mobilizar os gestores públicos municipais e distrital e conselhos de direitos	Monitorar por meio dos conselhos de direitos, ministério público, entidades representativas de conselheiros tutelares, Associações de Conselhos Tutelares e defensoria pública.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
24	Implantar e regionalizar delegacias, varas, promotorias e defensorias públicas especializadas, assegurando recursos nos orçamentos federal, estadual e municipal.	Mobilizar o sistema de segurança pública, judiciário, defensoria pública, ministério público conselhos de direitos	Monitorar por meio dos conselhos de Direitos e Conselhos de Segurança, CNMP, CNJ, CONDEGE, defensoria pública e ministério público e poder judiciário.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos

25	Criar e fortalecer os Serviços de atendimento e acompanhamento de Crianças e Adolescentes promovendo a contratação de profissionais e coordenações por meio de concursos públicos em número suficiente com garantia da autonomia desses profissionais, bem como a qualificação dos mesmos com base na NOB-RH-SUAS, e guia de orientação de CRAS e CREAS bem como a estruturação do espaço físico.	Mobilizar gestores, Conselhos da Assistência Social, fórum de trabalhadores e conselhos de direitos.	Monitorar por meio dos Conselhos de Assistência Social e conselhos de direitos.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
26	Implementar o SINASE garantindo os recursos financeiros para o funcionamento adequado dos programas, socioeducativos, com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária, a inclusão cultural, profissional, com base na lei 12.594-2012.	Mobilizar gestores e conselhos de direitos humanos e de assistência social e Conselhos de Direitos.	Monitoramento pelos Conselhos de Direitos e conselhos setoriais	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
27 Proposta de encaminhamento para o eixo 1 na mini plenária 6	Criar, implementar e estruturar salas e recursos multifuncionais, garantindo o respeito as diversas deficiências nas escolas públicas, com realização de concurso público e formação continuada de profissionais especializados para atuarem com crianças e adolescentes com deficiência, garantindo o interprete de libras, guaiinterpretre para o surdocego, material em braile, acessibilidade plena para pessoas com deficiência física, dentre outros. Além disso, criar regulamentações para que a rede privada siga as mesmas orientações da rede pública. Destaque na MP 5 e 8	Mobilizar a rede pública e privada de educação, Conselhos de Educação e da Pessoa com Deficiência e entidades de classe.	Monitorar por meio dos Conselhos de Educação e da Pessoa com Deficiência, do ministério público, e das defensorias públicas.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos

PROPOSTAS EXCLUÍDAS – OBTIVERAM MENOS DE 50% DOS VOTOS

08 SUPRIMIDA	Priorizar a criação de serviços de atendimento e/ou acolhimento, incluindo leitos psiquiátricos, às crianças e adolescentes com deficiência, transtornos psiquiátricos e que fazem uso de substâncias psicoativas garantindo o atendimento qualificado e especializado também nos serviços já existentes, conforme legislação vigente estabelecidas nas políticas setoriais .	Articular os gestores das Políticas Setoriais e organizações sociais e entidades de classe.	A ser realizado pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Setoriais, Secretarias de Saúde e Assistência Social.	
12 SUPRIMIDA	Criar espaços próprios, com equipe multiprofissional especializada selecionada através de concurso público e capacitada para escuta qualificada com prioridade nas delegacias de polícia e especializadas e nas escolas de educação básica e de acordo com o perfil psíquico e emocional infanto-juvenil, que tiveram seus direitos violados, usando o acolhimento e proteção de crianças e adolescentes.	Mobilizar o sistema de segurança, rede de ensino e entidades de classe e conselhos de educação.	Realizar monitoramento por meio dos conselhos de segurança e educação e defensoria pública.	
16 SUPRIMIDA	Aprovar o Projeto de lei (PL) 278/09 que garanta os direitos sociais e trabalhistas do Conselho Tutelar	Mobilizar Legislativo por meio das Associações de Conselheiros Tutelares.		
22 SUPRIMIDA	Revisar a legislação penal tipificando as ações de agressores de crianças e adolescentes como crime hediondo.	Mobilizar o Legislativo e o Judiciário.	-	